




SIQUIRJ

INFORMA

Nº 201

Jul/2018

A momentânea divergência de interesses entre Petrobrás e Indústria Química precisa ser pacificada.

Editorial

A ANP deve resolver a questão do gás

A ANP, provocada pela Petrobras, desde 2016 iniciou a discussão para alterar os parâmetros de especificação do gás natural para todo o mercado nacional – a indústria, o comércio e as residências. Estas especificações devem atender às características técnicas de cada nicho de mercado, conciliadas com as diferentes propriedades do gás devido a sua origem geológica e devem, necessariamente, observar as políticas sociais, ambientais e econômicas estabelecidas por leis aprovadas pelo governo brasileiro.

O ponto central do pleito da Petrobras é permitir que o gás – basicamente metano – seja despachado para o mercado com maior teor de etano, propano e outros produtos mais pesados.

A Abiquim, liderando outras entidades de diversos segmentos industriais, destaca que: haverá danos ao meio ambiente – maior geração de GEE – gases de efeito estufa; problemas nas turbinas a gás; desperdício (sob a forma de queima de etano) da matéria prima mais competitiva para a indústria petroquímica no contexto mundial e, a Abiquim também cita, o aumento de riscos no mercado residencial.

A Petrobras justifica seu pleito no fato que o gás do Pré-sal tem maior teor de etano que o gás do Pós-sal – este um combustível mais leve e que sempre abasteceu o mercado nacional até o início da exploração das reservas do Pré-sal.

Portanto, como o mercado

nacional será, progressivamente, suprido com volumes cada vez maiores de gás do Pré-sal, faz sentido que a ANP adequa a Resolução Nº16/2008 à futura (já ocorrente, em parte) realidade energética do País.

O problema é que extrair o etano e demais produtos do gás do Pré-sal exige um investimento crescente – por ser diretamente proporcional ao volume do gás extraído. E no momento, o investimento não faz sentido econômico para a Petrobras, embora seja do interesse da Petroquímica Brasileira ter ampliada a disponibilidade interna do etano.

Esta momentânea divergência de interesses é o que tem de ser pacificado.

A Petrobras tem uma gigantesca dívida corporativa, pagando US\$ 75 bilhões de dólares de juros anualmente – o montante equivalente aos investimentos de uma rota de produção de petróleo e gás do Pré-sal. Por esta razão operacionalizou um programa de venda de ativos para se recompor financeiramente. Assim, investir em petroquímica, por enquanto, está fora do plano estratégico da empresa.

Caso no futuro um plano estratégico atualizado sustente o envolvimento da Petrobras com a petroquímica, os investimentos na separação do etano passarão a fazer sentido.

A divergência pode ser uma questão do momento, não definitiva.

A Petrobras e as indústrias petroquímicas – no geral todas as empresas – sempre visam aumentar os seus lucros e, quando possível, no curto

prazo; é a lógica do mercado que prevalece.

Aspectos morais e éticos como, por exemplo, reduzir a emissão de gases do efeito estufa, não brotam espontaneamente dentro das empresas (salvo quando as mensagens éticas/morais podem ser transformadas em produtos e ampliem um nicho de mercado).

Mas quando se exerce um monopólio, de fato, controlando 98% do refino e a maior parte dos terminais de armazenamento dos combustíveis fósseis, ou seja, quando se centraliza a produção e o transporte do setor de óleo e gás de um país, a lógica do mercado não se aplica, porque pressupõe que exista concorrência, não sendo o caso, é preciso bom senso..

As nefastas consequências da recente política de preços de mercado para o diesel e a gasolina praticada pela Petrobrás valem como dura lição sobre em qual medida se deve adotar a lógica do mercado, quando se pratica o monopólio.

As roupagens de moral e ética têm que ser impostas de fora para dentro das empresas, só o Governo e/ou agências reguladoras e mesmo a pressão da opinião pública, podem impor limites à busca desenfreada por maiores lucros praticada pelas empresas, monopolistas ou não.

Neste contexto, cabe à ANP decidir, criteriosamente, o que é melhor para o futuro da sociedade brasileira e, apesar de estarmos em um ano de eleições, não devemos aguardar o próximo governo... Cada governo com a sua agonia.

Ritmo lento preocupa mais que política, diz FGV

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), constatou que o lento ritmo de recuperação da economia tem pesado ligeiramente mais nas expectativas das empresas do que as incertezas políticas. O Ibre consultou 4.850 empresários dos setores de comércio, indústria e serviços ao longo do mês de junho.

Segundo o levantamento, o "ritmo lento da economia" foi citado por 62% das empresas entre os principais fatores que estão influenciando negativamente as expectativas. Já as "incertezas políticas" aparecem para 57% delas, e a "falta de confiança no governo", em 48% das respostas.

Nos últimos meses, analistas têm revisado projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Os cenários de expansão de 3% em 2018 foram abandonados diante de indicadores mais modestos, do risco eleitoral e da tensão comercial entre EUA e China. A paralisação dos caminhoneiros ajudou a consolidar previsão de crescimento próximo de 1,5%.

"As empresas em geral citaram mais de um fator considerado negativo para os próximos meses. A maioria citou o ritmo lento da economia. Empresas estão adiando investimentos e contratações. Mas a incerteza também é grande quanto à política. São dois fatores que pesam", disse Viviane Seda, responsável pela pesquisa no Ibre/FGV.

A pesquisa também consultou 2 mil consumidores. Para 77%, a falta de confiança no governo é o que mais influencia negativamente as expectativas quanto aos próximos meses. Faltando pouco para as eleições, 64% destacaram as incertezas políticas e menos da metade (47%) apontou o ritmo lento da atividade.

O levantamento buscou identificar os reflexos dos bloqueios das estradas. Apesar de a paralisação ter ocorrido no fim de maio, mais da metade das empresas da indústria e do comércio ainda sentiu os efeitos negativos em junho, sinalizando que as perdas não foram integralmente recuperadas no mês passado.

Entre os grandes setores produtivos, a maior proporção de empresas ainda afetadas em junho foi verificada na indústria (59,1%) e no comércio (56,7%). Serviços e construção foram menos afetados no mês passado, com proporções de 36,1% e 32,8%, respectivamente.

Fonte: Valor

Convite: Diretor de Licenciamento Ambiental do Inea no Siquirj

A Comissão de Meio Ambiente e Segurança do Siquirj, coordenada pelo Sr. Abílio Faia, receberá o Sr. Nestor Prado Junior, Diretor de Licenciamento Ambiental do Inea, para uma palestra sobre **As Políticas do Inea para Renovação de Licenças Ambientais**.

O encontro objetiva o aprofundamento no conhecimento sobre os trabalhos realizados pelo Inea acerca do Licenciamento Ambiental de modo a facilitar a todos quanto a elaboração de pleitos junto ao referido instituto.

Data: 16 de agosto de 2018

Horário: 15 horas

Local: Sede do Siquirj - Av. Calógeras nº 15 - 12º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Evento gratuito! Vagas limitadas!

Favor confirmar presença:

(21) 2220-8424

siquirj@siquirj.com.br



Siquirj

CNI lança Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022



O Mapa Estratégico da Indústria 2018 – 2022 apresenta os principais desafios a serem superados pelo Brasil nos próximos cinco anos para a construção de uma indústria competitiva, inovadora, global e sustentável.

O documento é uma agenda para que o país desenvolva novas competências e realize mudanças estruturais, considerando as mudanças no ambiente econômico mundial e nacional ocorridas nos últimos cinco anos.

O Brasil vem perdendo posições no ranking global de competitividade do World Economic Forum e, em 2017, chegou à pior posição dos últimos dez anos. A perda da competitividade nacional compromete o crescimento econômico e a geração de renda e emprego.

Um importante fator determinante da competitividade é a produtividade. Entre 2006 e 2016, o Brasil apresentou a pior evolução nesse indicador entre seus 10 principais parceiros comerciais.

Nesse período, segundo a CNI, a produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu 5,5%, enquanto no Estados Unidos, o crescimento foi de 16,2%, e na Argentina, 11,2%. Dessa forma, o Brasil perde competitividade tanto no mercado internacional quando no doméstico, ao concorrer com a importação de produtos desses países.

Fonte: CNI

Obs.: O Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022 pode ser acessado na seção Biblioteca no site do Siquirj: www.siquirj.com.br

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2016/2020

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Marjorie Arias (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Ciro Alves
Wagner Sá
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Conselho Fiscal

Efetivos
Carlos Roberto da Silva
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Suplentes

Antonio Emilio Simões Meireles
Ronaldo Valle Monteiro
Ubiratan Sá

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia